



## Redes sociais e incidência política feminista: uma análise da presença da Marcha das Vadias Recife no Facebook

Nataly de Queiroz Lima<sup>1</sup>

### Resumo

Este paper analisa as estratégias de incidência política tocadas pela Marcha das Vadias Recife na plataforma do Facebook, assim como as ações de silenciamento empregadas por haters contra o coletivo. Mais especificamente, nos debruçamos sobre as ações do movimento na rede virtual e as reações de ódio que aconteceram entre os anos de 2014 e 2016. Este paper é parte de uma pesquisa de doutorado concluída em 2018. A Marcha das Vadias Recife se enquadra no que se denomina como novos movimentos sociais. Esses se constituem nos atuais arranjos organizativos da sociedade civil, os quais, numa perspectiva global e local ao mesmo tempo, acentuam as críticas ao modelo de desenvolvimento capitalista e neoliberal, bem como a outras desigualdades estruturais como as relações de gênero e étnico-raciais, cujo espectro é mundial. No entanto, se apresentam com faces e consequências diversas de acordo com as condições sociopolíticas, culturais e econômicas de cada localidade. Tal movimento se utiliza prioritariamente das redes sociais virtuais para articular apoios, realizar incidência política e visibilizar suas ações, secundarizando os contatos com as mídias comerciais hegemônicas e priorizando a vocalização dos seus discursos a partir das próprias militantes. O marco metodológico empregado para a pesquisa foi a etnografia de redes sociais. Foi possível perceber como as desigualdades de gênero impactam nas possibilidades de explorar as redes sociotécnicas, bem como categorizar as dinâmicas de silenciamento por meio de dispositivos discursivos associados aos papéis de gênero, gaslighting e ao ódio às esquerdas.

Palavras-chave: Redes sociais; Incidência política feminista; Marcha das Vadias Recife.

### Introdução

O jogo de resistências no espaço de fluxos das redes sociais digitais ganhou notoriedade a partir do ano de 2011. A Primavera Árabe, no Oriente Médio e Norte da África, o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, e os Indignados, na Espanha, demonstraram a potência de sujeitos políticos, articulados em pautas que são, ao mesmo tempo, globais e locais. O espaço público das cidades e os direitos civis negados pelas velhas elites, agora ainda mais fortalecidas pela globalização, foram os motes para uma onda de protestos que se espalhou pelo mundo.

No mesmo ano, a Marcha das Vadias se inicia no Canadá e se espalha em todo o mundo, em uma reação ao sexismo que revitimiza, no discurso e na prática, mulheres agredidas sexualmente. No

---

<sup>1</sup> Nataly de Queiroz Lima é jornalista, doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM/UFPE), professora das Faculdades Integradas Barros Melo e Centro Universitário Maurício de Nassau, e-mail: [queiroz.nataly@gmail.com](mailto:queiroz.nataly@gmail.com).

Recife, ao longo desses anos, o movimento incorporou as pautas da violência de gênero, do mundo do trabalho, da prostituição e das pessoas trans, entre outras.

Todos esses movimentos se constituem nos atuais arranjos organizativos da sociedade civil, os quais, numa perspectiva global e local ao mesmo tempo, acentuam as críticas ao modelo de desenvolvimento capitalista e neoliberal, bem como a outras desigualdades estruturais como as relações de gênero e étnico-raciais, cujo espectro é mundial. No entanto, se apresentam com faces e consequências diversas de acordo com as condições sociopolíticas, culturais e econômicas de cada localidade. Está-se abordando também novas formas de militância, mais fluídas, fincadas no contexto das identidades dos sujeitos políticos que reivindicam uma causa, aliada ao seu protagonismo na luta e ao distanciamento dos velhos heróis, porta-vozes de um conglomerado de pessoas, supostamente uniforme e coerente. Falamos de movimentos constituídos por sujeitos plurais e repletos de paradoxos.

Esses novos movimentos criam comunidades baseadas no sentido conferido por cada sujeito político, no seu processo de identificação com uma bandeira de luta, sem que, necessariamente, criem um espaço organizativo perene (como uma organização não governamental, por exemplo). Sua militância pode ser pontual; elegem espaços carregados de significados locais para desaguar seus atos políticos cuja pauta é local e global; apregoam a liberdade de participação política e de auto-representação a partir da formação de comunidades em espaços simbólicos, como as redes sociais virtuais, que são novas arenas de debate, exposição de ideias e de deliberações para uma ação coletiva que impacte nas políticas públicas e na garantia dos direitos sociais. (CASTELLS, 2013)

Como ressalta Castells, a produção de significados e o panorama atual de protagonismo dos sujeitos, de autorrepresentação impulsionada (não só, mas também) pelas redes sociais virtuais, impacta diretamente nas relações de poder vigentes e, conseqüentemente, nos modelos organizativos de disputa por esse poder.

Se o poder é exercido programando-se e alternando-se redes, então, o contrapoder, a tentativa deliberada de alterar as relações de poder, é desempenhado reprogramando-se as redes em torno de outros interesses e valores, e/ou rompendo as alternâncias predominantes, ao mesmo tempo que se alteram as redes de resistência e mudança social. (CASTELLS, 2013:18)

Assim, este paper analisa as estratégias de incidência política tocadas pela Marcha das Vadias Recife na plataforma do Facebook, assim como as ações de silenciamento empregadas por haters contra o coletivo, entre os anos de 2014 e 2016.

### **A Marcha das Vadias Recife e as identidades de gênero**

A Marcha das Vadias é um movimento internacional iniciado em 2011, no Canadá, após um policial, durante uma palestra, ter orientado as mulheres a não se “vestirem como vadias”. Segundo ele, assim evitariam estupros. A fala desastrosa, vinda de uma autoridade de segurança, levou milhares de pessoas às ruas de Toronto e, pelas redes, o chamamento teve eco em diversas partes do mundo. O movimento *Slut walk* rapidamente se difundiu, se consolidando, naquele mesmo ano, com a organização de coletivos em Los Angeles, Nova York, Buenos Aires, São Paulo, Distrito Federal e Recife. Inicialmente, a principal bandeira esteve fincada no repúdio à violência de gênero, em especial a sexual, e à culpabilização das vítimas por parte do Estado e da própria opinião pública.

Em maio de 2012, as brasileiras voltaram às ruas para a segunda edição do movimento, e em 25 de maio de 2013, a terceira edição da Marcha das Vadias ocorreu, simultaneamente, em diversas cidades do país: São Paulo, que reuniu cerca de 1.500 manifestantes; Belo Horizonte, onde estiveram 1.000 participantes; Recife, que contou com 2.000 pessoas; e Florianópolis, que reuniu aproximadamente 1.000 manifestantes. Outras marchas aconteceram em datas diferentes em várias regiões do país, como Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, São Luís, Bahia, Amapá, Fortaleza, Vitória, Goiânia, Cuiabá, Aracajú, Porto Alegre, entre outras. (CARDOSO, 2013)

A Marcha das Vadias tem, assim, a particularidade de ter um fio condutor comum, de cunho identitário, relacionado às questões de gênero, mas se manifesta de formas distintas em iniciativas auto-organizadas em cada um dos territórios onde acontece. Em geral, se tratam de articulações mobilizadas por redes sociais digitais, aglutinadoras de sujeitos autônomos, não vinculados necessariamente a um movimento ou organização da sociedade civil, porém que repudiam a discriminação e a violência com recorte de gênero. No Recife, a Marcha se iniciou em 2011, a partir da iniciativa de um homem. O protagonismo feminino veio pouco tempo depois, não sem a resistência daquele.

Em 2013, é criado o Coletivo Marcha das Vadias Recife (CMVR), um grupo não formalizado, que mantém uma dinâmica de reuniões regulares e responsabilidades partilhadas entre suas integrantes, ainda que não haja líderes assim denominadas. Tal característica estende as ações, em geral, pontuais do movimento *Slut walk*, as quais acontecem uma vez ao ano e, em alguns casos, como o da capital pernambucana, organizam outro evento internacional conhecido como *One Billion Rising* (Um bilhão que se ergue), cujo mote também é o enfrentamento da violência sexista contra a mulher. Com o Coletivo organizado é possível marcar presença em outros debates em pauta na agenda

pública, incidindo ativamente nessas discussões, como no caso de estupro coletivo de uma jovem no Rio de Janeiro, gravado e compartilhado nas redes sociais, em 2016.

As reivindicações do CMVR se voltam a um mosaico de direitos negados às mulheres em diversas frentes: direitos sexuais, direitos reprodutivos, vida sem violência, direitos econômicos, entre outros. O manifesto divulgado em 2014, e mantido como apresentação da iniciativa até a presente data, no Facebook, dá a devida dimensão da amplitude da pauta:

(...) Por isso, queremos todas as bandeiras na nossa marcha!

- A bandeira da luta contra a violência sexual, a submissão, a exploração do corpo da mulher. A luta contra o conservadorismo que nos diz que, se não quisermos ser estupradas, não devemos provocar.
- A luta contra o moralismo, que nos diz que não podemos usufruir de nossa sexualidade, sensualidade e beleza. Contra o machismo que impede que a mulher seja livre e impõe que seja apenas um objeto.
- O feminismo, renovado, que acolhe as mulheres e orienta na melhor forma de exercer a feminilidade, com força, determinação e respeito.
- A cidadania, que busca a criação de políticas públicas efetivas de proteção aos direitos da mulher, que puna agressores e estupradores.
- O fim do preconceito contra os grupos LGBT, pelo respeito às diferentes formas de orientação sexual.
- A assistência às prostitutas, maiores vítimas de violência e agressão sexual, pelo reconhecimento profissional e por uma condição mais digna, sem exploração.
- O apoio às mulheres agredidas, que tenham a segurança de que o Estado irá defendê-las de seus agressores.
- Se você também não concorda com uma sociedade que aplaude piadas sobre estupro, que segue lideranças que afirmam que, se a mulher foi estuprada, é porque de alguma forma ela consentiu, que banaliza a agressão física, moral e sexual, marche conosco. (MARCHA DAS VADIAS, 2016)

Um ano depois do lançamento desse manifesto, em 30 de maio de 2015, cerca de mil ativistas, segundo dados das organizadoras, foram às ruas mais uma vez. Apesar de possuir um caráter pacífico, a manifestação foi marcada por conflitos envolvendo, inicialmente, ainda no ponto de concentração (a Praça do Derby), uma mulher transgênero impedida por um agente público de usar o banheiro público feminino. Além disso, o ato finalizou com uma briga de rua de grandes proporções entre as militantes e um grupo de vendedores ambulantes que teriam investido contra as mulheres com os seios à mostra. Um dos principais corredores do centro da cidade, a Avenida Conde da Boa Vista, se transformou em um palco de guerra. Lojas fecharam, várias pessoas ficaram feridas e a marcha não chegou ao seu ponto de desfecho. Em 2016, o Ministério Público de Pernambuco ainda mediava as reuniões entre o Sindicato dos Ambulantes e o CMVR para evitar novos conflitos em outras edições da Marcha.

Em 2016, cerca de três mil pessoas participaram da 6ª edição da Marcha das Vadias Recife. Em um ano marcado por consideráveis embates e retrocessos políticos e sociais, em especial nos direitos das

mulheres e segmento LGBT, o evento atingiu o maior público desde sua primeira aparição. Um fato de notável apelo, o estupro coletivo de uma estudante no Rio de Janeiro, ocorrido na mesma semana, pode ter potencializado o chamado público e, de fato, foi referendado em diversas passagens da caminhada, com gritos de luta como “quando eu acordei, tinha 33 homens em cima de mim”. É válido considerar que a quantidade de pessoas não intimidou, mais uma vez, as investidas de transeuntes e ambulantes, que entraram na passeata para assediar mulheres cis e transgêneros. Pelo menos quatro vezes a caminhada foi interrompida por eventos do tipo. Tais fatos dão a devida dimensão da atualidade das discussões acerca das relações de gênero e da pertinência da ação da sociedade civil em tempos de informação abundante, mas também de cegueira política e de manifestações despudoradas de ódio aos grupos historicamente excluídos.

As identidades feminina e masculina não são natas. Essas se forjam a partir de um processo social de atribuição de características comportamentais a corpos sexuados. Tais atribuições têm desdobramentos na forma como as pessoas se veem e como o mundo as veem. Isso significa que, da esfera doméstica, privada, ao mundo público, se consolida um ideário que determina os lugares e as esferas de atuação de homens e mulheres, justificando pela biologia um dos principais pilares de desigualdades estruturais nas sociedades, o qual se estende da divisão sexual do trabalho no lar à esfera político-econômica.

Al tomar como punto de referencia la anatomía de mujeres y de hombres, con sus funciones reproductivas evidentemente distintas, cada cultura establece un conjunto de prácticas, ideas, discursos y representaciones sociales que atribuyen características específicas a mujeres y a hombres. Esta construcción simbólica que en las ciencias sociales se denomina género, reglamenta y condiciona la conducta objetiva y subjetiva de las personas. O sea, mediante el proceso de constitución del género, la sociedad fabrica las ideas de lo que deben ser los hombres y las mujeres, de lo que se supone que es "próprio" de cada sexo. (LAMAS, 1996: 02)

Nesse contexto, o corpo assume a centralidade por ser símbolo, socialmente construído, do que o senso comum considera como o destino das pessoas. No entanto, no caso das mulheres, a matéria dos seus corpos parece não nos pertencer. O patriarcado, ao longo da história, lançou mão de um vasto arsenal simbólico, por meio das diversas instituições sociais, para justificar a posse do corpo das mulheres pelos homens, com argumentos do direito natural do sexo masculino até a supostamente bem-intencionada proteção da integridade das mulheres diante de um mundo ameaçador. De toda forma, a capacidade de agência humana feminina é subvalorizada (em alguns casos, negada por completo) e, com isso, nossa cidadania, ainda hoje, é restrita.

O cerne das reivindicações da Marcha das Vadias tem a ver com o direito ao corpo das mulheres e com os filtros simbólicos que justificam os lugares de poder desiguais aos quais estão as mulheres

submetidas. Dentre esses: a violação dos corpos e mentes enquanto estratégia de dominação, praticada comumente, na violência doméstica de base sexista; a demanda da maternidade compulsória, por um lado, e, por outro, a maternidade e os cuidados com os filhos como interdito do acesso ao mundo do trabalho; a coisificação dos corpos femininos na mídia; o corpo-prisão de convenções sociais que, quando não correspondem às características morais e dicotômicas das relações de gênero, é castigado, usado como arma de guerra, exibido como troféu em atos torpes de violência.

Marchamos porque a mesma sociedade que explora a publicização de nossos corpos voltada ao prazer masculino se escandaliza quando mostramos o seio em público para amamentar nossas filhas e filhos; marchamos porque durante séculos as mulheres negras escravizadas foram estupradas pelos senhores, porque hoje empregadas domésticas são estupradas pelos patrões e porque todas as mulheres, de todas as idades e classes sociais, sofreram ou sofrerão algum tipo de violência ao longo da vida, seja simbólica, psicológica, física ou sexual. (MARÇA DAS VADIAS, 2014)

As integrantes do CMVR estabeleceram uma dinâmica de divisão de tarefas, na qual cada uma se coloca, de acordo com a demanda e com as suas possibilidades, para executar tarefas e funções. Assim, é comum todas já terem executado trabalhos diversos, desde questões financeiras às de comunicação. A maior parte trabalha na iniciativa privada, possui ensino superior, mas nenhuma é jornalista.

Os processos de autogestão da Marcha se desenrolam em um cenário de muitas tensões, incertezas e reflexões acerca do lugar da própria ação política e do tipo de feminismo que defendem.

Nos dilemas internos do feminismo contemporâneo, para lidar com o estatuto da diferença e da identidade parece haver dois cenários em curso. O primeiro é a afirmação política pela oposição identitária, que investe na demarcação de diferenças raciais, geracionais, de classe, gênero e/ou sexualidade. (...) A defesa de um “feminismo interseccional” e “políticas interseccionais” é recorrente nos discursos dessa matriz feminista. Jovens feministas, mulheres negras e, mais recentemente, “mulheres da periferia” são exemplos de identidades que fortalecem este modelo.

O segundo cenário é o de reconhecimento das diferenças a serviço de uma política de coalizão (Harding, 1992; Mohanty, 2003). As diferenças são mobilizadas para uma definição mais universal da identidade feminista, sem se sobrepor a ela. Mulheres e homens transexuais, homens feministas, mulheres lésbicas e integrantes negras da Marcha das vadias mobilizam marcadores de diferença e experiências de desigualdade para alargar a identidade comum feminista. (GOMES; SORJ, 2014: 443-444)

A Marcha traz três contribuições importantes para o pensamento feminista na contemporaneidade e para o próprio entendimento dos novos movimentos sociais em curso: 1) o lugar da sexualidade e dos corpos é retomado como político, ampliando as fronteiras dos direitos sexuais e reprodutivos, e se apresentando como símbolo de liberdade política e da autogestão, defendida pelas entrevistadas;

2) Por outro lado, o corpo não essencializa a existência, pelo contrário, ele é também resignificado nas políticas de identidade que possibilitam às pessoas se autorreconhecerem e apresentarem seus corpos como parte desse processo de quebra com o paradigma do destino biológico, a exemplo das mulheres trans, das pessoas de pele clara mas que se afirmam como negras e praticam o feminismo negro, entre outros; 3) o lugar do Estado enquanto via de conquista de direitos é questionado e um novo caminho, o qual ainda não parece estar claro para as militantes, está sendo construído por meio do retorno às comunidades, aos processos de autogestão nas periferias e, principalmente, com uma forte interlocução com a juventude. Parte das entrevistadas desta pesquisa dialogam com o anarquismo, mas todas são categóricas em afirmar que não se consideram um coletivo anárquico. Elas buscam a ruptura com a reprodução das estruturas de poder hierárquicas que, para elas, mesmo dentro do movimento feminista, parecem se reproduzir e ser ferramentas de opressão.

#### **A incidência política da Marcha das Vadias Recife no Facebook**

Na sociedade em rede, dois fatores aparecem como fundamentais para o desenvolvimento de modelos e ações comunicacionais para a incidência política: o conhecimento das estruturas técnicas das redes virtuais e das políticas de identidade - afinal, existem assuntos que, pelas desigualdades estruturais de raça/etnia, classe e gênero, são, por si só, separados em um processo sociocultural de organização e valoração do que é considerado útil, válido e universal – e, como as redes sociotécnicas estruturam comunidades de interesses, entendê-las, mais uma vez, se torna um mecanismo de furar os bloqueios dos algoritmos e, portanto, de ampliar a capacidade de influenciar, de incidir politicamente.

Por incidência política, entende-se o conjunto de ações desenvolvidas individual e coletivamente, no sentido de influenciar as discussões públicas, o imaginário social e/ou interferir diretamente nas políticas públicas e no aparato de Estado, por meio de processos deliberativos. Uranga (2017: 52) define quatro níveis de incidência política: 1) o ato de dar visibilidade a um tema considerado relevante de forma a inseri-lo na agenda pública; 2) as estratégias de engajamento de novos atores-chave em uma determinada causa; 3) a instalação da causa na agenda pública por meio de meios de comunicação massivo, redes sociais virtuais e de dos debates políticos, articulando junto a políticos e/ou órgãos governamentais a inclusão de um tema na sua agenda de políticas; 4) a interferência direta na elaboração das políticas públicas por meio da participação em espaços de proposição, definição e controle social existentes em uma determinada localidade, como os conselhos de saúde, das cidades, entre outros.

As redes sociais virtuais são os principais espaços de comunicação/interação com a sociedade para o Coletivo Marcha das Vadias Recife (CMVR), apesar de não serem os únicos. São em perfis em sites de mídias sociais que o coletivo desenvolve parte considerável de suas ações comunicativas, no entanto, o tratamento dado às postagens parece apontar para um uso mais estratégico e sistemático dos canais nos períodos que antecedem a caminhada da Marcha das Vadias e *One Billion Rising*, ou ainda quando acontecem fatos de considerável repercussão pública e que exigem um posicionamento político, a exemplo de casos de estupro ou violência contra a mulher.

Ao longo dos três anos de observação, foi possível constatar descontinuidades na alimentação da página da Marcha no Facebook, assim como uma sensível transição das ações de comunicação, inicialmente mais táticas, para atividades mais estratégicas de alimentação da *fanpage*. Houve um nítido direcionamento de esforços para os eventos organizados anualmente pelo Coletivo da Marcha das Vadias Recife, o ato de rua da Marcha e o *One Billion Rising*. Posteriormente, a esses períodos, há uma manutenção básica da página, aquecida, nos primeiros anos, por eventos factuais episódicos que resultavam em postagens e, posteriormente, em 2016, ao alinhamento temático das postagens mensais na linha do tempo ao calendário feminista, a exemplo dos meses de julho, dedicado às mulheres negras; agosto, à Visibilidade Lésbica; setembro, vinculado à Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe; outubro, à prevenção ao câncer de mama; novembro, ao enfrentamento da violência contra a mulher, e assim por diante.

Salienta-se que as ações táticas correspondem a respostas a situações do ambiente, majoritariamente inesperadas e as ações estratégicas, ao desenvolvimento de iniciativas e postagens pensadas articuladamente. Nas redes sociais digitais é interessante aliar os dois processos de forma equilibrada para evitar desalinhamento temático e o hermetismo de cunho difusionista associado às formas tradicionais de comunicação política. A cultura participativa das redes e dos próprios novos movimentos sociais não toleram a mera comunicação de um para muitos, mas em tempos de crise política e de avanço dos conservadorismos, desenvolver estratégias de ação programadas para determinados períodos colabora com o fortalecimento da bandeira de luta levantada e ajuda a prever possíveis reações negativas e respostas para as mesmas.

As causas políticas que o movimento mobiliza são amplas e envolvem atores sociais diversos. A quantidade de temáticas abordadas e agrupadas em grupos nesta pesquisa são indicadores da quantidade de demandas desses diferentes segmentos sociais. Os temas das postagens estão diretamente relacionados ao momento vivido pelo grupo e pelo ambiente que o circunscreve. Isso significa que, desde a questões técnicas, de uso do tempo, às relações políticas macro da política

institucional do Estado até o das relações políticas micro das relações entre o grupo, interferem na comunicação estabelecida.

De 2014 a 2016 se delinea um afunilamento temático, onde prevalecem assuntos relacionados às identidades plurais das mulheres e ao direito ao corpo. O primeiro caso parece se vincular a uma reação desmitificadora das mulheres como iguais e designadas a um mesmo fim, historicamente determinado pelas visões essencialistas de reprodução e de cuidado. O apagamento das diferenças entre as mulheres nubla a discussão sobre as relações de poder sofridas por cada segmento que compõe a categoria mulher. Ao reafirmar as mulheres trans como sujeitos políticos da marcha transgridem de forma radical o concertado lugar biológico da definição de mulher. Essa ruptura não está direcionada apenas aos questionamentos patriarcais da sociedade em geral. Elas abalam as estruturas consensuais do próprio movimento tradicional feminista, no qual a inclusão das mulheres trans, assim como das prostitutas, ainda é ponto polêmico e alvo de muitas discordâncias.

A reafirmação do lugar das transgêneros na marcha é tão forte que elas ocupam mais espaço nas postagens dos dois primeiros anos do que as mulheres lésbicas e as bissexuais, como se poderá visualizar no gráfico mais adiante. Nesse, destacam-se as temáticas presentes em cada um dos três anos analisados. Para tal, foram excluídos assuntos que apareceram apenas em um ou dois anos. A demarcação foi necessária para fins de identificação de temas enquadrados, de forma contínua, na pauta de incidência política da marcha.

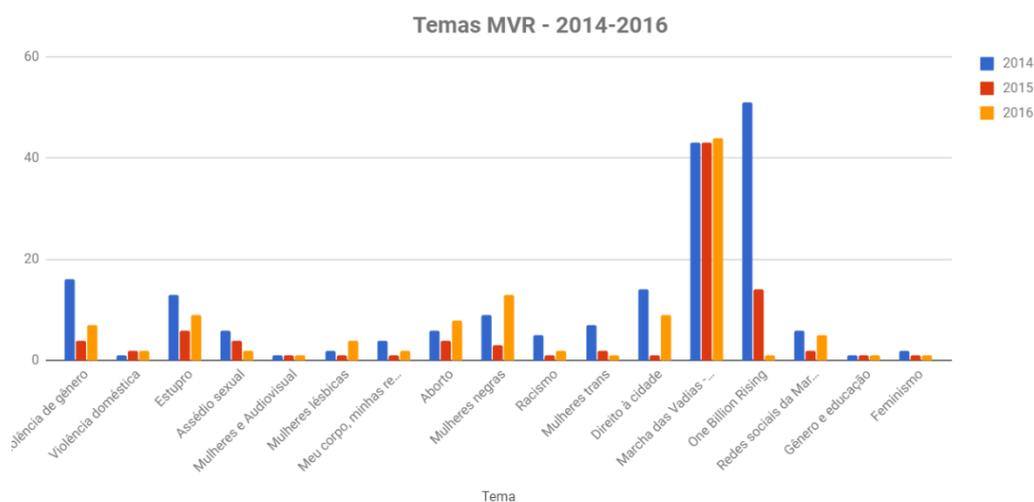


FIGURA 1

Temas prioritários das postagens da MVR entre 2014-2016

O direito ao corpo aparece vinculado ao direito de não sofrer violências dos diversos tipos, com recorte especial para a violência sexual, lembrando que boa parte das violências com recorte de gênero estão associadas ao suposto poder legítimo de controle dos corpos femininos por parte dos homens que performatizam a masculinidade hegemônica. Essa perspectiva temática também é transgressora ao reafirmar esses corpos das mulheres - social e culturalmente associados à subserviência, passividade e à coisificação - como corpos políticos. A pauta do aborto e do lema “meu corpo, minhas regras” apontam para o desejo, capacidade e direito de decidir sobre os seus próprios corpos, e o corpo é a morada do ser.

Ao romper com os ditames corpóreos que enquadram sujeitos a determinadas condições existenciais catalisam indivíduos não representados pelos dicotômicos papéis de gênero da masculinidade e da feminilidade hegemônicas.

Se em 2014, as convocatórias para ação se dirigiam diretamente às mulheres cisgênero e transgênero, a partir de 07 de março de 2016, englobam uma nova terminologia que amplia o leque das identidades dos sujeitos políticos da marcha, as afeminadas”, e, posteriormente, empregam a expressão “corpos afeminados”. Mais uma vez, há uma decisão política de incluir todas as pessoas, que, em níveis diversos, por estarem ou serem associadas ao universo feminino, possam sofrer as consequências das relações de gênero e da opressão historicamente direcionada contra as mulheres.

A incidência política, então, nas redes sociais virtuais, amplia seu leque de sujeitos de forma interativa, a partir também dos questionamentos apresentados nos ambientes *on* e *offline*. Essa reflexividade não resulta em mudanças da noite para o dia, é preciso salientar. Até porque a inclusão de novos atores políticos requer revisar seu marco político enquanto movimento. E esses marcos políticos aparecem em revisão de forma mais nítida do que nos movimentos tradicionais. Isso pode gerar entendimentos superficiais acerca dos coletivos.

O formato das postagens também revela as diversas apropriações das tecnologias de informação e comunicação que o CMVR teve nesses três anos. O maior crescimento se deu no uso das produções audiovisuais carregadas a partir do perfil e com a exploração da ferramenta de páginas de eventos pela marcha. Os compartilhamentos de *links* diminuíram consideravelmente, tendo o seu pico em 2014, ano com maior número de postagens, e particularmente, no segundo semestre, onde foi possível visualizar uma considerável assimetria em relação aos *posts* dos meses anteriores, em termos de periodicidade de publicação, linguagem e formato das postagens.

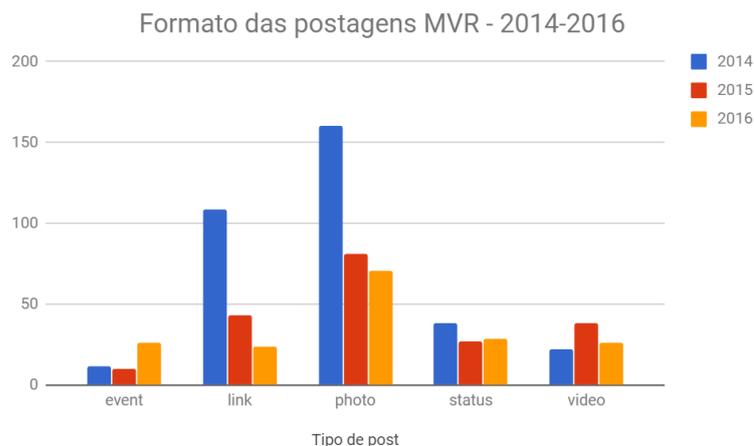


FIGURA 2

Formato das postagens da MVR entre 2014-2016

Os atos da Marcha das Vadias Recife sempre contavam com apoios de comunicadoras que não integravam o CMVR, as quais desenvolviam suas campanhas e davam suporte na divulgação naqueles momentos específicos. Mesmo assim, de forma geral, o lugar da comunicação ainda aparece secundarizado diante do compartilhamento de todas as tarefas entre todas as poucas integrantes do CMVR, do incipiente conhecimento sobre comunicação e política e dos imperativos das vidas das mulheres. Vale lembrar que todas as integrantes trabalham em outros espaços e culturalmente estão implicadas nas dinâmicas de gestão do tempo consequente da desigual divisão social do trabalho.

Em todos os canais de comunicação delas é visualizável grandes *gaps* entre postagens ao longo do ano. Os dois perfis onde os períodos de desatualização são menores estão situados no Facebook e no Instagram. Na primeira rede, isso se deve, aparentemente, ao uso combinado que as integrantes do CMVR, o qual funciona como espaço para veiculação de conteúdos e interação com a sociedade, assim como uma estrutura auto-organizativa, onde, por meio de um grupo fechado, tomam decisões rápidas sobre as postagens, debatem ações políticas e posicionamentos públicos. No segundo caso, pela agilidade dos *posts* no Instagram, o qual não exige grande produção. *“Em geral, é assim: uma das meninas vai fazer o post e joga lá no grupo fechado. As demais opinam e sai a postagem. Sempre é dado um prazo para as pessoas se colocarem, se ninguém se pronuncia, vai pro ar e todas também são responsáveis pelo conteúdo que saiu”* (J.T, entrevista concedida à autora, 2016).

A análise do perfil da Marcha revela uma face desmitificadora da participação política nas redes virtuais: não basta estar conectado para utilizar as ferramentas virtuais em toda a sua

potencialidade. É preciso conhecimento dos seus códigos, das bolhas comunicacionais e é preciso tempo (muito tempo) para investir em produção de conteúdo e em interação, só assim é possível falar para além dos pares que já estão convencidos da relevância da pauta em causa. Neste ponto, a questão da identidade de gênero se mostra como um elemento a ser considerado na pesquisa sobre a participação política por meio/nas redes virtuais.

A possibilidade de difundir informação a custos mínimos, o funcionamento colaborativo em rede associado à inteligência coletiva, tudo isso favoreceria - pelo menos em teoria - um ambiente comunicacional mais favorável ao desenvolvimento da igualdade de direitos e oportunidades entre todos e todas. Porém, o desenvolvimento das tecnologias não escapa às relações de poder que produzem desigualdades e contradições nas dinâmicas de acesso, uso, desenho e produção das TIC's entre homens mulheres, brancos, negros, pobres e ricos. (NATANSOHN, 2013: 16)

A apropriação do espaço do perfil para ação política apresenta brechas de interatividade com os seguidores(as) e curtidores(as) e a interação é prerrogativa de ação comunicacional política em redes sociais virtuais. Já se observou que, em momentos de tensão e ataque *hater*, em geral, eram as militantes que se manifestavam a partir de seus perfis pessoais, assim como já se apontou o lado positivo disso - o sentimento de partilhamento/responsabilização com a causa. No entanto, o silenciamento em relação às perguntas, comentários oportunos e pedidos é considerável. Um caso que merece atenção é o pedido de ajuda de uma das vítimas do médico Roger Abdelmassih, acusado de abusar sexualmente de várias pacientes durante procedimentos médicos, feito no dia 20 de outubro de 2016, o qual não recebeu nenhuma reação da administração da página.

Esses dados são válidos para evitar fetichizações simplificadoras sobre as tecnologias e para demarcar o papel das identidades nos usos das redes e nas políticas comunicacionais adotadas pelos movimentos na luta por direitos no ciberespaço. A Marcha das Vadias Recife se insere no que Miguel e Boix (2013) denominam de ciberfeminismo social. Essa seria a cara mais atual do ciberfeminismo, um movimento surgido em meados da década de 1990, que unia arte, tecnologia e feminismo como caminhos para uma mudança radical das relações de poder. O ciberfeminismo social caminha ao lado desse tipo de manifestação e *“culmina com a conexão aos movimentos antiglobalização neoliberal e aos grupos de ativistas em defesa dos direitos humanos, estabelecendo pontes entre estes movimentos e o feminismo e proclamando o uso estratégico de novas tecnologias e do espaço virtual na transformação social”*. (MIGUEL; BOIX, 2013:57)

Em termos de características estruturais do ciberfeminismo, destacam:

A formulação de abordagens aparentemente complexas nos ciberfeminismos parte frequentemente do manejo básico da tradição histórica do pensamento das mulheres –

sublinhando-o, negando-o ou ocultando-o segundo posições e discursos – ao que se soma a combinação mais ou menos aleatória da ambiguidade que permite o desenvolvimento conceitual da pós-modernidade. Para além das construções teóricas, o fator revolucionário, subversivo, transgressor que permite aspirar a pensar novos cenários parece derivar-se intrinsecamente das possibilidades técnicas do espaço virtual e da rede.

Desierarquização e criação de modelos mais democráticos com o objetivo histórico vingativo da igualdade de direitos entre homens e mulheres, elaboração de estratégias e pensamentos em rede em que desaparecem conceitos como “centro” e “linearidade” frente ao “diverso”, “descentralizado” e “horizontal”. Desconstrução de arquétipos através do uso subversivo de dispositivos digitais, protocolos, linguagens de hipertexto, códigos, assinaturas potencialmente variáveis via correio eletrônico. (MIGUEL; BOIX, 2013: 54-55)

As ferramentas digitais e o ciberespaço propiciam o uso estratégico e tático de cunho político por parte de pessoas e coletivos em defesa dos direitos humanos, de forma protagonista e articuladora de diversas identidades. O processo de vocalização de suas causas sem intermediários é uma conquista nova. Por meio dela, se articulam redes de solidariedade e de incidência política, nas quais criam seus próprios conteúdos. Por isso, a ocupação dos espaços virtuais se revela como necessária às causas sociais, ainda que existam lacunas na apropriação das redes sociais digitais para incidência política.

Mas não há espaço para ingenuidade no campo político. Às ações de incidência política das identidades historicamente excluídas nas redes digitais também correspondem fortes reações de silenciamento e de violência. Os ataques *hatters* na página da marcha demonstram isso. O relatório sobre violência de gênero na internet, elaborado pelo Coding Rights e pelo InternetLab, trazem uma pertinente categorização das agressões perpetradas no ciberespaço. Dentre essas estão: a censura por meio de coerção para deletar perfis, ataque em massa para retirar do ar determinadas páginas, difusão de informações falsas para descreditar alguém; ofensas; discursos de ódio, sendo os mais comuns comentários misóginos, LGBTfóbicos e racistas e *gaslighting*; ameaças de violência física; *stalking* - perseguição de alguém nas redes sociais virtuais -; exposição de dados pessoais; utilização não consentida de imagens de outras pessoas; exposição de intimidade; extorsão; roubo de identidade; invasão/ataque à segurança de sistemas; e ataque coordenado à páginas com vistas a derrubá-la.

No dia 27 de maio de 2014, um ato coordenado retirou do ar por horas a *fanpage* da Marcha, supostamente por denúncias após divulgada uma foto de mulheres com seios à mostra. Identificou-se também tentativas de repasse de vírus por um perfil falso (nominado Carlos).

Tais fatos direcionam o olhar para, pelo menos, dois lados: 1) a incidência política, o poder de fala das mulheres nas redes sociais incomoda, pela sua força e capacidade aglutinadora, as instituições e

os segmentos que, historicamente, se encarregaram de manter a dominação sobre seus corpos e vidas; 2) a pauta do feminismo e da tecnologia precisam se encontrar, afinal, com o maior contingente de mulheres internautas, as estratégias de coerção e controle também se deslocaram para a rede mundial de computadores, sendo uma ameaça para a conquistas de direitos individual e coletivamente. *“Com as ferramentas tecnológicas e as redes virtuais, também podem ser formados cercos de controle social ou de agressões anônimas em lugares menos esperados”*. (PLOU, 2013:124). A intrínseca teia de reações aos movimentos de defesa dos direitos das mulheres se estende da rede para a vida *offline* e vice-versa.

As ações da Marcha das Vadias Recife no Facebook dão, assim, conta de uma série de dimensões inerentes à organização da luta, às dinâmicas dos novos movimentos feministas, aos desafios na apropriação das tecnologias e as reações repressoras, as quais desvelam as relações intrínsecas entre cultura e tecnologia. O ambiente das redes virtuais não é neutro. Seu delineamento depende da programação e dos sujeitos que as utilizam. É um espaço que tem sido ocupado de forma gradativamente maior, mas ainda está longe de garantir iguais condições de fala e posicionamento para as mulheres.

#### Referências

- CASTELLS, M. (2013). **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar.
- CARDOSO, L. C. F. (2013). **Mídia, gênero e direitos humanos: a cobertura da mídia pernambucana sobre os direitos humanos das mulheres no caso da Marcha das Vadias do Recife**. Recife: UNICAP.
- GOMES, C., & SORJ, B. (2014). **Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil**. Revista Sociedade e Estado, v. 29, n.2, p. 433-447.
- LAMAS, M. (2016). **La antropología feminista e la categoria “género”**. In Lamas, M. El género: la construcción cultural de la diferencia sexual. Cidade do México: UNAM (pp. 111-125).
- MIGUEL, A., & BOIX, M. (2013). **Os gêneros da rede: os ciberfeminismos**. In Nathanson, L. G. Internet em código feminino. Teorias e práticas. Buenos Aires: La Crujía (pp. 39-76).
- NATHANSON, L. G. (2013). **Internet em código feminino**. Teorias e práticas. Buenos Aires: La Crujía.
- URANGA, W. (2016). **Comunicar para la incidencia política**. In Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación. ALAIC, v.13, n. 25(13), p. 48-54.